

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

Edição nº 1290

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos2

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....6

Editais.....6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....7

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletins.....15



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N.º 460/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha promoveu o arquivamento do Inquérito Civil IC.00801.00100/2005, instaurado com o objetivo de apurar destruição de floresta nativa, pela derrubada de árvores, sem autorização do órgão ambiental competente.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

EDITAL N.º 461/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do Inquérito Civil IC.00829.00033/2013, instaurado para apurar possíveis irregularidades na demora da obra de reparação do Km 45 da ERS-122, contratada pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) em caráter emergencial.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete,
Secretária-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 3115/2013

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no Artigo 212 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, **SPU.PR.01055.00143/2013-1**, por sessenta (60) dias, a contar do dia **18 de outubro de 2013**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 503/2013

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- **MARIANA ALLENDE CORRÊA**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial II, CC-05, deste órgão (Port. 3098/2013).

- **SIMONE SILVEIRA BRUNO**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 3101/2013).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 16/10/2013, no cargo em comissão de Assessor Especial, CC-08, **MARCELO WEINREB DE BARCELLOS**, tendo entrado em exercício em 18/10/2013.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

Súmula do Termo de Convênio

Processo PR.01075.06711/2010-1

PARTES: O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 93.802.833/0001-57 e o Instituto Vicente Pallotti, mantido pela Entidade Palotina de Educação e Cultura, CNPJ nº 17.597.895/0006-09; **OBJETO**: Termo de Convênio celebrado entre as partes objetivando regulamentar o desenvolvimento de programa de estágio mediante parceria, fins de propiciar treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano; **PRAZO**: 5 (cinco) anos; **DATA DA ASSINATURA**: 10/09/2013; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça, Jadir Zaro, Diretor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

PROCESSO N.º 2685-0900/13-5

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 61/2013

CONTRATADA: FIAT AUTOMÓVEIS S/A.; **OBJETO**: acréscimo, ao objeto do ajuste, de 01 (um) veículo ao lote 06, do Contrato – AJDG n.º 098/2013; **VALOR TOTAL A ACRESCER**: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais); **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 65, inc. I, b, e §1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1290

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO. 28427

CONTRATADA: CRIENG – Engenharia e Projetos Ltda.; **OBJETO:** contratação de empresa para execução de alteração de projeto de proteção contra incêndio (PCCI) para a Unidade de Almoxarifado desta Instituição; **VALOR TOTAL:** R\$: 2.000,00. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 1764, Natureza da Despesa/Rubrica 4.4.90.51/5102; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, "caput", da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 18/10/2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 555-09.00/13-7 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/13

CONTRATADA: IMAPS INTELIGÊNCIA EM MAPAS LTDA.; **OBJETO:** acréscimo, ao objeto do ajuste, de 375 horas de consultoria, a serem utilizadas sob demanda; **VALOR TOTAL A SER ACRESCIDO:** R\$ 82.500,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inc. I, b, e §1º da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 670-09.00/13-5

CONTRATADA: HYPERVIRTUAL TECNOLOGIA LTDA.; **OBJETO:** acréscimo ao objeto do Contrato – AJDG n.º 02-3/13, de 54 (cinquenta e quatro) horas de consultoria presencial e 162 (cento e sessenta e duas) horas de produção interna, resultando no acréscimo, ao valor total do ajuste, da quantia de R\$ 45.090,00; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, b, e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO N.º 2668-09.00/13-0 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/13

No dia 16 de outubro de 2013, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa PREVALE EQUIPAMENTOS DE INCÊNDIO LTDA. vencedora do item abaixo:

Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário (R\$)
1	SERVIÇO DE TESTE HIDROSTÁTICO EM MANGUEIRAS (TIPO 1 E 2) DE 38MM E EMISSÃO DE LAUDO	300	14,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO N.º 2668-09.00/13-0 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/13

No dia 16 de outubro de 2013, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa MULTIFASE COMERCIAL TÉCNICA LTDA. vencedora do item abaixo:

Item	Designação	Marca/Modelo	Qtd.	Valor Unitário (R\$)
2	MANGUEIRA DE INCÊNDIO TIPO 2 (15M DE COMPRIMENTO E 38MM DE DIÂMETRO)	Inmasp/tipo-2	60	228,36

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1290

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 1841-09.00/13-6
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/13

No dia 16 de outubro de 2013, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa LINK & FLORES LTDA. vencedora do item abaixo:

Item	Subitem	Descrição	Qtd.	Valor Unitário (R\$)
1	1.1	PLACA INDICATIVA DE EXTINTOR, MEDINDO 150 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO. TIPO CO2	200	7,65
1	1.2	PLACA INDICATIVA DE EXTINTOR, MEDINDO 150 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO. TIPO ÁGUA	700	7,65
1	1.3	PLACA INDICATIVA DE EXTINTOR, MEDINDO 150 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO. TIPO PQS	700	7,65
1	1.4	PLACA INDICATIVA DE EXTINTOR, MEDINDO 150 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO. TIPO ABC	30	7,65
1	1.5	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA FINAL, MEDINDO 240 MM X 120 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	300	6,70
1	1.6	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA COM SETA PARA DIREITA, MEDINDO 240 MM X 120 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	200	6,70
1	1.7	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA COM SETA PARA ESQUERDA, MEDINDO 240 MM X 120 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	200	6,70
1	1.8	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA COM SETA PARA CIMA (EM FRENTE), MEDINDO 240 MM X 120 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	100	6,80
1	1.9	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA COM DESCIDA PELA ESCADA À DIREITA, MEDINDO 240 MM X 120 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	200	6,78
1	1.10	PLACA INDICATIVA DE SAÍDA COM DESCIDA PELA ESCADA À ESQUERDA, MEDINDO 240 X 120 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	200	6,80
1	1.11	PLACA INDICATIVA DE ALARME, MEDINDO 150 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	300	6,80
1	1.12	PLACA INDICATIVA DE ACIONADOR DE MOTOBOMBA DE INCÊNDIO, MEDINDO 150 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO.	50	6,80
1	1.13	PLACA INDICATIVA DE HIDRANTE, MEDINDO 200 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO.	300	6,80
1	1.14	PLACA INDICATIVA DE PROIBIDO FUMAR, MEDINDO 200 MM X 200 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO BRANCO E CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	250	7,40



1	1.15	PLACA INDICATIVA DE NUMERAÇÃO DE PAVIMENTO – SUBSOLO, MEDINDO 200 MM X 100 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	30	7,00
1	1.16	PLACA INDICATIVA DE NUMERAÇÃO DE PAVIMENTO – TÉRREO, MEDINDO 200 MM X 100 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	100	6,80
1	1.17	PLACA INDICATIVA DE NUMERAÇÃO DE PAVIMENTO – 2º AO 22º, MEDINDO 200 MM X 100 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	300	6,80
1	1.18	PLACA INDICATIVA DE NUMERAÇÃO DE PAVIMENTO – COBERTURA, MEDINDO 200 MM x 100 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	30	6,80
1	1.19	PLACA INDICATIVA DE PORTA CORTA FOGO – MANTENHA FECHADA, MEDINDO 400 MM X 100 MM (LARGURA X ALTURA), FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E CONFECIONADA EM MATERIAL RESISTENTE AO FOGO	300	6,80
2	2.1	FITA ADESIVA DUPLA FACE DE ESPUMA ACRÍLICA VISCOELÁSTICA – ROLO DE 19 MM X 20 M	50	40,00
2	2.2	FITA ANTIDERRAPANTE AUTOCOLANTE PARA PISOS E ESCADAS, ROLO COM 5 CM X 20 M	50	80,00
2	2.3	FITA AMARELA AUTOCOLANTE PARA DEMARCAÇÃO DE PISO, COM 5 CM X 20 M	50	20,50
2	2.4	FITA VERMELHA AUTOCOLANTE PARA DEMARCAÇÃO DE PISO, ROLO COM 5 CM X 20 M	50	20,50

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º 1841-09.00/13-6

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/13

No dia 16 de outubro de 2013, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa PANIZE EXTINTORES LTDA. vencedora do item abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário (R\$)
3	ADESIVO PARA SÍDA ALTERNATIVA – SÓ UTILIZAR COM ESCADA DE BOMBEIROS – TRIANGULO EQUILÁTERO COM 20 CM DE LADO E FUNDO VERMELHO	150	4,60

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05, 47/06 e 33/08; as Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02; Leis Estaduais n.os 11.389/99 e 13.191/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2013.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1290

SÚMULA DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º 1618-0900/12-5

PREGÃO N.º 34/2012

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., para o efeito de: a) aplicar à empresa a sanção de multa, no patamar de 10% do valor correspondente à fatura do mês de abril do corrente, forte no artigo 87, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, item 13.2, letra "b", do Contrato AJDG n.º 202/12; e b) afastar a penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano, bem como a determinação de rescisão contratual.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2013,

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 80/2013 (Processo nº 003623-09.00/13-6). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Contratação de serviços de iluminação arquitetural, com locação de equipamentos, para os prédios do Palácio do Ministério Público, sito à Praça Marechal Deodoro, n.º 110, e Sede Institucional, localizada na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, durante o período de Natal, conforme Edital e seus anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 01/11/2013, às 09h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 04/11/2013, às 14h. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 81/2013 (Processo nº 003589-09.00/13-5). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Aquisição de peças e componentes de informática para reposição e ampliação de infraestrutura de cabeamento e de energia elétrica, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 01/11/2013, às 09h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 05/11/2013, às 14h. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/>

pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 82/2013 (Processo nº 003601-09.00/13-7). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços, por 12 (doze) meses, de frigobares e refrigeradores, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 01/11/2013, às 11h. **Data e horário de início da disputa de preços:** 06/11/2013, às 14h. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. Editais disponíveis na página: http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL N.º 248/2013

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 603/2013, publicada no Boletim nº 141, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 03/04/2013, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos nº 65/2013, nº 69/2013, nº 71/2013, nº 74/2013, nº 75/2013, nº 77/2013, nº 79/2013 e nº 80/2013, aprovadas por meio da Ata n.º 145 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

VELOCITY MELO PIVATTO,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.



EDITAL N.º 249/2013
REMOÇÃO DE ASSESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS
JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 02/2013 - CAOIJEFAM

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA, JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.

ARROIO DO MEIO

1. Inquérito Civil nº 00715.00009/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, com o fim de investigar atual condição da rede municipal de ensino público de Hulha Negra no que tange a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais.

BAGÉ

1. Inquérito Civil nº 00718.00024/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, para apuração acerca das condições de funcionamento.

BENTO GONÇALVES

1. Inquérito Civil nº 00722.00066/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, para investigar o uso de transporte escolar, em Monte Belo do Sul, para finalidade diversa do objeto principal, que é a garantia de acesso de crianças e adolescentes à Escola e investigar a convocação dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Roman Ross para participação em bingo beneficente, considerando a presença como dia letivo.

CACHOEIRA DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00728.00032/2013, instaurado pela Pro-

motora de Justiça Giani Pohlmann Saad, para apurar omissão do Município de Cachoeira do Sul na política educacional de inclusão junto à Escola do Bosque, interior do Município, na ofrma do art. 54, III, do ECA.

CACHOEIRINHA

1. Inquérito Civil nº 01127.00041/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun, em substituição, para investigar a regularidade da Creche Rei David.

CAXIAS DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00748.00212/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, para investigar medidas de prevenção em relação ao descumprimento as normas previstas nos artigos 80, 81, 149 e 258 do Estatuto da Criança e Adolescente, além da Portaria nº 03/95 do Juizado da Infância e Juventude de Caxias do Sul.

2. Inquérito Civil nº 00748.00223/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, para adoção de medidas visando à proibição de venda de bebidas alcoólicas à adolescentes durante o Acampamento Farroupilha, realizado no Parque Mário Bernardini Ramos.

CRUZ ALTA

1. Inquérito Civil nº 00755.00003/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Fernando Barin, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, tendo por objeto "não conformidade no lançamento de dados do censo escolar da educação básica: dados das fichas de matrículas e/ou diários de classe insuficientes para a declaração ao censo escolar da educação básica. Ausência de atuação do CACS – Fundeb na supervisão do censo escolar".

ELDORADO DO SUL

1. Inquérito Civil nº 01232.00013/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, para investigar a má qualidade da merenda escolar fornecida na rede pública de Eldorado do Sul, tendo em vista a notícia da existência de produtos alimentícios comprado de validade vencidos destinados à merenda escolar junto ao depósito da Secretaria Municipal de Educação de Eldorado do Sul.

ERECHIM

1. Inquérito Civil nº 00762.00170/2013, instaurada pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, para apurar eventual irregularidade relacionada à fiscalização, pelo Município de Erechim, do requisito previsto no inciso II do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro quanto aos veículos utilizados na prestação do serviços de transporte escolar.

2. Inquérito Civil nº 00762.00165/2013, instaurada pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, para apurar investigar a omissão do Estado quanto à regularidade dos estabelecimentos que integram a rede estadual de ensino nos Municípios da Comarca de Erechim, no que diz respeito às exigências legais afetas à segurança.

3. Inquérito Civil nº 00762.00075/2013, instaurada pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, para apurar investigar a regularidade dos estabelecimentos que integram as rede municipal e estadual de ensino do Município de Erechim, no que diz respeito às exigências legais afetas à segurança, e adotar as medidas eventualmente cabíveis.

GRAVATAÍ



1. Inquérito Civil nº 00783.00251/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martin, para verificar a falta de condições estruturais da EMEF Jardim Florido, bem como ausência do Alvará do Corpo de Bombeiros no referida escola.

LAJEADO

1. Inquérito Civil nº 00802.00029/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefembach, para apurar situação, composição e estrutura do Conselho Tutelar de Canudos do Vale.

MONTENEGRO

1. Inquérito Civil nº 01175.00054/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Cletto, da Promotoria de Justiça Montenegro, para apurar a existência de irregularidades nas Escolas Municipais de Educação Infantil de Montenegro, notadamente nas EMEI's Adenillo Edgar Rübénich, Santo Antônio, Gente Miúda e José Flores Cruz.

PAROBÉ

1. Inquérito Civil nº 00952.00038/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, em substituição, para apurar possível utilização de alimentos com data de validade vencida na merenda escolar das escolas municipais.

PASSO FUNDO

1. Inquérito Civil nº 00821.00006/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, para investigar a existência de Programas de Acolhimento Institucional no município de Coxilha.

2. Inquérito Civil nº 00821.00007/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, para investigar a existência de Programas de Acolhimento Institucional no município de Ernestina.

3. Inquérito Civil nº 00821.00008/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, para investigar a existência de Programas de Acolhimento Institucional no município de Mato Castelhano.

4. Inquérito Civil nº 00821.00009/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, para investigar a existência de Programas de Acolhimento Institucional no município de Pontão.

5. Inquérito Civil nº 00820.00165/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, para investigar eventuais irregularidades na prestação de serviços terapêuticos devidos a crianças e adolescentes de Passo Fundo que estejam em situação de risco, ou a seus responsáveis legais, sejam eles na área de psicologia ou de psiquiatria, devidos isoladamente ou ao grupo familiar.

6. Inquérito Civil nº 00820.00270/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, para investigação de eventuais irregularidades na estrutura física, técnica e de recursos humanos da Casa de Acolhimento Institucional Lar Emiliano Lopes, as quais possam estar violando direitos dos seus acolhidos.

PORTO ALEGRE

1. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 142/2013, pelo Promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, em substituição, para averiguar as condições de funcionamento e o fornecimento de merenda escolar no Colégio Estadual Elpidio

Ferreira Paes.

2. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 146/2013, pelo Promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, em substituição, para averiguar as condições de funcionamento da Escola de Educação Infantil Seis Moranguinhos.

3. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 148/2013, pelo Promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, em substituição, para averiguar denúncia de inexistência de alvará e Plano de Prevenção de Contra Incêndio no Colégio Leonardo da Vinci – Unidade Alfa.

4. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 149/2013, pelo Promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, em substituição, para averiguar as condições de funcionamento de Escola de Educação Infantil, ante a denúncia de abuso sexual à criança, supostamente ocorrido nas dependências da instituição.

5. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 150/2013, pelo Promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, em substituição, para averiguar as condições de funcionamento de creche, ante a denúncia de abuso sexual à criança, supostamente ocorrido nas dependências da instituição.

6. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 151/2013, pelo Promotor de Justiça Júlio Alfredo de Almeida, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, em substituição, para averiguar as condições de funcionamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Santa Luiza.

SANTA CRUZ DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00861.00037/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Danieli de Cassia Coelho, para averiguar eventual irregularidade em Escola Estadual de Ensino Médio, notadamente no que diz com a existência/inexistência de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio e regularidade estrutural.

2. Inquérito Civil nº 00861.00037/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Danieli de Cassia Coelho, para verificar a possibilidade da implementação/criação de uma entidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Município de Sinimbu.

3. Inquérito Civil nº 00861.00038/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Danieli de Cassia Coelho, para verificar a possibilidade da implementação/criação de uma entidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Município de Passo do Sobrado.

SANTA MARIA

1. Inquérito Civil nº 00864.00041/2013, instaurado pela Promotora de Ivanise Jann de Jesus, para averiguar deficiência no atendimento do Centro de Referência da Assistência Social – CREAS – ACOLHER.

SANTIAGO

1. Inquérito Civil nº 01223.00044/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Karina Albuquerque Denicol, para apurar eventuais irregularidades no funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs – no Município de Santia-



go.

SANTO ÂNGELO

1. Inquérito Civil nº 00872.00157/2013, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, para apurar a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa Guilherme Augusto Zico – ME, tendo em vista o acesso de crianças e adolescentes a salas de jogos (LAN HOUSE)

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

1. Inquérito Civil nº 00881.00015/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, para adequar o Conselho Tutelar do Município de Manoel Viana à Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, do CONANDA.

2. Inquérito Civil nº 00881.00014/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, com o fim de investigar a forma como se dá a manutenção, pelo Executivo Municipal de São Francisco de Assis, de programas de medidas sócio educativas em meio aberto, atualmente desenvolvidos pela Organização Não Governamental Acolher.

SÃO VICENTE DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00779.00012/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, para acompanhar eventual denúncia de poluição sonora em bar, bem como venda de bebida alcoólica à menores de idade, no município de Mata.

TAQUARA

1. Inquérito Civil nº 00911.00055/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Natália Cagliari, tendo por objeto a fiscalização dos planos de prevenção de incêndio e regularidade estrutural nas escolas públicas estaduais e municipais de Taquara.

2. Inquérito Civil nº 00911.00056/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Natália Cagliari, tendo por objeto a fiscalização dos planos de prevenção de incêndio e regularidade estrutural nas escolas públicas estaduais e municipais de Rolante.

3. Inquérito Civil nº 00911.00057/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Natália Cagliari, tendo por objeto a fiscalização dos planos de prevenção de incêndio e regularidade estrutural nas escolas públicas estaduais e municipais de Riozinho.

TAQUARI

1. Inquérito Civil nº 00912.00024/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Melissa Marchi Juchen, para averiguar situação de crianças em risco pelo comportamento do pai e padrasto, que está separado da mãe, estando preso por crimes contra vida.

TORRES

1. Inquérito Civil nº 00914.00048/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, para averiguar ausência de políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

2. Inquérito Civil nº 00914.00089/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, para averiguar falta de atendimento pediátrico especializado no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes.

3. Inquérito Civil nº 00914.00091/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, para averiguar preca-

riedade da instalação física da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Alberto Schutt, de Três Forquilhas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2013

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 09/2013 - CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil n.º 58/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santo, da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, com a finalidade de apurar a situação dos moradores que supostamente invadiram área pública localizada no Bairro São Cristóvão, em Frederico Westphalen, tendo como investigado o Município de Frederico Westphalen/RS.

02) Inquérito Civil n.º 13/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, com a finalidade de investigar a regularidade de loteamento levado a efeito em imóvel localizado na Estrada da Aviação, neste Município, de propriedade do espólio de Otoni Vivian, tendo como investigados os Sucessores de Otoni Vivian, representados na pessoa da inventariante, Josiane Moreira Vivian, neste Município.

03) Inquérito Civil n.º 44/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça de Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no parcelamento do solo, em Linha João Alves, neste município, de responsabilidade de Eno Hardi Schweickardt, sua esposa Marlise Arminda Julich Schweickardt e Ruben Paulo Kipper, sua esposa Ana Maria Kipper, tendo como investigados Eno Hardi Schweickardt, Marlise Arminda Julich Schweickardt e Ruben Paulo Kipper, Ana Maria Kipper, neste Município.

04) Inquérito Civil n.º 77/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, tendo como investigados Condomínio Residencial e Comercial Ardelá, neste Município.

05) Inquérito Civil n.º 60/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de alvará de PPCI no Condomínio Edifício e Galeria Imperador, tendo como investigado o Condomínio Edifício e Galeria Imperador.

06) Inquérito Civil n.º 94/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade



de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no Condomínio Edifício Bahia, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio Edifício Bahia.

07) Inquérito Civil n.º 93/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Plano de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento Clube Associação Israelita Hebraica, nesta Capital, tendo como investigado o Clube Associação Israelita Hebraica.

08) Inquérito Civil n.º 92/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Carta de Habitação e Estudo de Viabilidade Urbanística vencido e da suposta ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio do estabelecimento CTG 35, nesta Capital, tendo como investigado o CTG 35.

09) Inquérito Civil n.º 91/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio e de Alvará de Localização e Funcionamento do estabelecimento denominado Galpão do IBGE, nesta Capital, tendo como investigado a Associação dos Funcionários do IBGE - ASSIBGE.

10) Inquérito Civil n.º 90/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de PPCI no Granville Strip Center, nesta Capital, tendo como investigado o estabelecimento Granville Strip Center.

11) Inquérito Civil n.º 89/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI aprovado e o respectivo alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros do Condomínio Edifício Lagoinha, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio Edifício Lagoinha.

12) Inquérito Civil n.º 88/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Plano de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento, nesta Capital, tendo como investigado o estabelecimento descrito.

13) Inquérito Civil n.º 87/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de PPCI aprovado e o respectivo Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como eventuais irregularidades na Montagem do painel de luz e na captação

de água do DMAE no Centro Comercial Itaimbé, nesta Capital, tendo como investigado o estabelecimento Centro Comercial Itaimbé.

14) Inquérito Civil n.º 86/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de conservação do terreno localizado na Rua Silvio Silveira Soares, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre.

15) Inquérito Civil n.º 85/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais irregularidades na implantação do Condomínio Alphaville, localizado na Estrada das Três Meninas, bairro Vila Nova, nesta Capital, tais como alteração no traçado das vias, pavimentação, transferência de moradores irregulares, entre outras, tendo como investigados a empresa Villa Nova Desenvolvimento Urbano Ltda., a empresa Alphaville Urbanismo S.A. e o Município de Porto Alegre.

16) Inquérito Civil n.º 84/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio e risco estrutural no Condomínio Edifício Paulino Chaves Barcellos, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio Edifício Paulino Chaves Barcellos.

17) Inquérito Civil n.º 83/2013, instaurado pelos Promotores de Justiça Luciano de Faria Brasil, Norberto Cláudio Pancaro Avena e Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de apurar a regularidade da atividade de demolição do Estádio Olímpico Monumental, localizado no Largo Patrono Fernando Kroeff nº 1, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre e a empresa Ramos Andrade Engenharia.

18) Inquérito Civil n.º 82/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da existência de esgoto a céu aberto na Rua Mães da Praça de Maio, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre.

19) Inquérito Civil n.º 81/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de alagamentos provocados por obra de tubulação inacabada pelo DEP na Estrada Armando Inácio da Silveira, próximo ao nº 2753, tendo como investigado o Departamento de Esgotos Pluviais.

20) Inquérito Civil n.º 80/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de supostas obras executadas sem a devida licença, em desa-



cordo com ela ou sem a responsabilidade de profissional habilitado na Rua João Alfredo, nesta Capital, tendo como investigados os proprietários dos imóveis descritos.

21) Inquérito Civil n.º 79/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de potencial invasão da Av. Padre Cacique pela Cobertura do Estádio Gigante da Beira-Rio, localizado na Av. Padre Cacique, 891, nesta Capital, tendo como investigado o Sport Club Internacional.

22) Inquérito Civil n.º 78/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento denominado Carrefour Comércio e Indústria Ltda., localizado na Avenida Plínio Brasil Milano, 2343, nesta Capital, tendo como investigado o estabelecimento Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

23) Inquérito Civil n.º 77/2013, instaurado pelos Promotores de Justiça Luciano de Faria Brasil, Norberto Cláudio Pancaro Avena e Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística decorrente de eventual falta de adequação à legislação para início das atividades no novo Foro Central de Porto Alegre, localizado na Rua Manoelito de Ornellas, 50, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre.

24) Inquérito Civil n.º 76/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no Condomínio Edifício Galeria Nossa Senhora do Rosário, nesta Capital, tendo como investigados o Município de Porto Alegre e o Condomínio Edifício Galeria Nossa Senhora do Rosário.

25) Inquérito Civil n.º 75/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Plano de Prevenção Contra Incêndio no Carrefour, bairro Partenon, nesta Capital, tendo como investigado o Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

26) Inquérito Civil n.º 74/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da existência de eventual loteamento irregular denominado Condomínio Figueiras do Guarujá, nesta Capital, tendo como investigados o Município de Porto Alegre e o proprietário da área referida.

27) Inquérito Civil n.º 73/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento denominado Esporte Clube São José,

bairro Passo da Areia, nesta Capital, tendo como investigado o Esporte Clube São José.

28) Inquérito Civil n.º 72/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de obra executada que supostamente oferece riscos ao próprio imóvel, à segurança e a outros interesses públicos, na Av. Alcides Maya., 382, bairro Sarandi, nesta Capital, tendo como investigado o proprietário do imóvel.

29) Inquérito Civil n.º 71/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano de Faria Brasil, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio na Secretaria da Indústria e Comércio de Porto Alegre – SMIC, localizada na Av. Osvaldo Aranha, bairro Bom Fim, nesta Capital, tendo como investigada a Secretaria da Indústria e Comércio de Porto Alegre - SMIC.

30) Inquérito Civil n.º 70/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da suposta precariedade estrutural e da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio na Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO, localizada na Rua Gonçalves Dias, nesta Capital, tendo como investigada a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO.

31) Inquérito Civil n.º 69/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio do centro administrativo da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, localizado na Av. Joaquim Porto Villanova, bairro Jardim Carvalho, nesta Capital, tendo como investigada a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

32) Inquérito Civil n.º 68/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre, localizado no Largo Teodoro Herzl, s/nº, bairro Bom Fim, nesta Capital, tendo como investigado o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre.

33) Inquérito Civil n.º 67/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística decorrente de ocupação irregular situada na Vila Fernando Wagner, localizada em torno da Rua Lygia Pratin de Moraes, 14, Vila Fernando Wagner, bairro Rubem Berta, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre.

34) Inquérito Civil n.º 66/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão



de suposta ocupação de área verde, localizada ao lado do Clube Santa Paula, nesta Capital, tendo como investigado o Município de Porto Alegre.

35) Inquérito Civil n.º 65/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento Condomínio Edifício Parque Residencial Teresópolis, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio Edifício Parque Residencial Teresópolis.

36) Inquérito Civil n.º 64/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento Hospital Mãe de Deus Edifício Garagem, localizado na Rua José de Alencar, nesta Capital, tendo como investigado o Hospital Mãe de Deus Edifício Garagem.

37) Inquérito Civil n.º 63/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento Condomínio Edifício York's Pallace, localizado na Avenida Nova York, nesta Capital, tendo como investigado o Condomínio Edifício York's Pallace.

38) Inquérito Civil n.º 62/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Norberto Cláudio Pancaro Avena, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento denominado Rui Saleh (hotel), nesta Capital, tendo como investigado o Rui Saleh Hotel.

39) Inquérito Civil n.º 61/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Fábio Roque Sbardellotto, da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, com a finalidade de investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de Prevenção Contra Incêndio no estabelecimento denominado Nonoai Tênis Clube, nesta Capital, tendo como investigado o Nonoai Tênis Clube.

40) Procedimento Preparatório n.º 42/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Trevisan, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar se a 'rua sem denominação' (popularmente conhecida como Rua Iracema), resultante de desconstituição parcial de condomínio pela escritura pública nº 34 do Livro 21 do 1º Tabelionato de Santa Maria (a qual teria sido posteriormente levada a registro no CRI local sob o nº 56439, fl. 56 do Livro 3-BG), situada em "loteamento fechado" (chamado "Condomínio Bortoluzzi), tem sua iluminação pública custeada pelo Município de Santa Maria e se este cobra IPTU dos ex-condôminos (ou sucessores na propriedade imobiliária) e outros eventuais moradores circunstantes beneficiários de acesso, através dela, a suas residências", tendo como investigado o proprietário de lotes no condomínio Bortoluzzi, Município de Santa Maria.

41) Inquérito Civil n.º 99/2013, instaurado pelo Promotor de

Justiça Max Roberto Guazzelli, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de averiguar a existência de potencial infração à ordem urbanística e à segurança pública, consistentes em deficiências nos sistemas de proteção contra incêndio, tendo como investigado Transporte Odamarg LTDA., no Município de Gramado/RS.

42) Inquérito Civil n.º 28/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar possível fracionamento ou loteamento irregular de imóvel sob a matrícula nº 2.624 de propriedade de Altair Pozzebom, Décio Pozzebom, Teresinha Pozzebom, Lino Pozzebom e Nair Maria Pozzebom, Arlindo Muller, Sra. Eduvirges Olga Severgnin Muller, Jardim Loreson, Maria Dorvalina Lorezon, no município de Gramado Xavier.

43) Inquérito Civil n.º 42/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Weiland Braun, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de investigar a regularidade quanto ao PPCI do estabelecimento Show Clube 46, de propriedade de O. B. de Fraga dos Reis, bem como a regularidade da empresa quanto à atividade desempenhada no Município, tendo como investigado Show Clube 46, neste Município.

44) Inquérito Civil n.º 25/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jabobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, com a finalidade de verificar o trânsito da rodovia que liga a BR ao Hermenegildo (VRS833) em virtude do intenso tráfego.

45) Inquérito Civil n.º 57/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco de Sá, da Promotoria de Justiça de Guaporé, com a finalidade de investigar lesão à ordem urbanística do município de Guaporé por parte da investigada, concessionária da área (ferrovia) invadida e parcelada em questão, tendo como investigada ALL – América Latina Logística Malha Sul S/A, com sede na Rua Emilio Bertolini, nº 100, em Curitiba – PR.

46) Inquérito Civil n.º 16/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar parcelamento irregular do solo no Bairro Carlos Vasquez, município de Arroio Grande/RS, tendo como investigado o Município de Arroio Grande.

47) Inquérito Civil n.º 05/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar a RST-453, localidade Vila Seca, área de imóveis públicos ou privados, vias públicas ou bens de uso comum do povo, tendo indefinidos os investigados, neste Município.

48) Inquérito Civil n.º 62/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar o exercício de atividades sem Plano de Prevenção Contra Incêndio na Avenida João Pereira de Vargas, nº 476, em Sapucaia do Sul, tendo como investigada Carolina Antoinetti Petersen (B4), Bairro Centro, Sapucaia do Sul/RS.

49) Inquérito Civil n.º 76/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de obter o PPCI dos prédios públicos municipais de Alegrete, tendo como in-



vestigado o Município de Alegrete.

50) Inquérito Civil n.º 06/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar Condomínio das Castanheiras-linha 40 – Loteamento Irregular ou Clandestino, tendo como indefinidos os investigados, neste Município.

51) Inquérito Civil n.º 07/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de investigar eventual edificação de loteamento irregular na secção Goio-em, Erval Grande/RS, pelo investigado Casemiro Vicente Tartas, tendo como investigado Casemiro Vicente Tartas.

52) Inquérito Civil n.º 28/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, da Promotoria de Justiça de Giruá, com a finalidade de verificar a necessidade e/ou apresentação de PPCI com o escopo de conferir segurança, sob esse aspecto, à coletividade indeterminadamente considerada que porventura participe de reuniões nos locais investigados, tendo como investigados locais de realização de eventos e/ou reuniões públicas nos Município de Giruá – RS e Senador Salgado Filho - RS.

53) Inquérito Civil n.º 09/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, com a finalidade de investigar potencial dano à ordem urbanística consistente na deficiência de mobilidade urbana na via pública e no passeio público da Rua Ricardo Santiago de Godoy, Município de Santo Antônio das Missões/RS, tendo como investigado o Município de Santo Antônio das Missões.

54) Inquérito Civil n.º 06/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Max Roberto Guazzelli, da Promotoria de Justiça de Gramado, com a finalidade de verificar a existência de potencial infração à ordem urbanística e à ordem urbanística e à segurança pública, consistentes em deficiências nos sistemas de proteção contra incêndio, tendo como investigado Alice I G Enzweiler – ME (Hotel Estrelas da Serra).

55) Inquérito Civil n.º 11/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Cíntia Foster de Almeida, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, com a finalidade de investigar a responsabilidade dos envolvidos na destruição de imóvel inventariado no ano de 1987, código PRS/87-0001.00030, sito à Rua Sete de Setembro, nº 613 e 625, visto que são casas geminadas no mesmo lote (M-6294 do Livro 2-RG), ambas destruídas em outubro de 2012, tendo como investigados Darlan Freitas Pereira, ex-Secretário de Cultura e Turismo; Zauri Tiaraju Ferreira de Castro, ex-Prefeito Municipal; Guilherme Torres Fleck, ex-Secretário de Coordenação e Planejamento; Edu Vali Machado; João Carlos Maciel, ex-Secretário de Coordenação e Planejamento; Elton Luis Lopes Vivian – ME (Elv – Artefatos de cimento) e Henrique Tronco.

56) Inquérito Civil n.º 74/2013, instaurado pelo Promotora de Justiça Paula Ataíde Athanasio, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com a finalidade de apurar irregularidades na construção de prédio localizado na Rua Santos Dumont, em Osório/RS, tendo como investigados Município de Osório, Gilberto Oliveira Imóveis e Engenharia LTDA, neste Município.

57) Inquérito Civil n.º 84/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça José Nilton Costa de Souza, da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas, com a finalidade de investigar possível violação à ordem urbanística, decorrente de irregularidades nas instalações de prédio, sem possuir alvará de PPCI, tendo como investigado Dário Capoani.

58) Inquérito Civil n.º 27/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, com a finalidade de apurar danos urbanísticos na Rua D, no Bairro Nova Petrópolis, em Alvorada/RS., tendo como investigado o Município de Alvorada, pessoa jurídica de direito público, representado pelo Prefeito Municipal.

59) Procedimento Preparatório n.º 93/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Corrêa de Barros, da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, com a finalidade de apurar suposto risco à coletividade decorrente da existência de árvores com possibilidade de queda, situadas no Distrito de São Marcos, interior do Município de Uruguaiana.

60) Inquérito Civil n.º 74/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de possível ocupação irregular de terreno na esquina da Rua Três de Outubro com a Avenida Bento Gonçalves, Bairro Pátria Nova, Novo Hamburgo, tendo como investigado a apurar.

61) Inquérito Civil n.º 75/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de possível dano a Casa Grün, imóvel histórico situado na Rua General Osório, Novo Hamburgo, tendo como investigado Aluísio Eduardo Daudt, neste Município.

62) Inquérito Civil n.º 82/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de investigar possível demolição irregular de patrimônio histórico, nesta cidade, tendo como investigado a apurar.

63) Procedimento Preparatório n.º 83/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de averiguar possível demolição irregular da Casa Koch, Novo Hamburgo, tendo como investigado a apurar.

64) Inquérito Civil n.º 85/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro de Souza Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de averiguar possível demolição irregular da Casa Juchen, patrimônio histórico, Novo Hamburgo, tendo como investigado a apurar.

65) Inquérito Civil n.º 36/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de investigar a falta de pavimentação de via pública, causando perigo de dano à população, sendo investigado o Município de Cachoeirinha/RS.

66) Inquérito Civil n.º 13/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, ADITA a portaria de instauração do Inquérito Civil n.º 00748.00113/2012 para o fim de constar como investigados: Valdecir Guralski, Beatriz Alves Guralski, Ivo Posser e João Antônio Leindens.

67) Inquérito Civil n.º 83/2013, instaurado pelo Promotor de



Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar denúncia de irregularidade fundiária no Loteamento Bolson, tendo como investigado o Município de Alegrete/RS.

68) Inquérito Civil n.º 71/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça de Taquara, com a finalidade de averiguar possíveis danos ao patrimônio histórico cultural do Município de Taquara/RS (acervo do "Museu Histórico Adelmo Trott" de Taquara), tendo como investigados o Município de Taquara e Elena Cristina Kirsch, neste Município.

69) Inquérito Civil n.º 84/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Aratiba, que exploram as atividades de boate, bar, casa de festa e similares, especialmente quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo como investigado o Município de Aratiba.

70) Inquérito Civil n.º 54/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Jeanine Mocellin, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, com a finalidade de investigar a regularidade do Loteamento Portal dos Coqueiros, tendo como investigados o Município de Farroupilha, pessoa jurídica de direito público com sede na Praça da Emancipação, centro dessa Cidade, e Siviero Empreendimento Imobiliários LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n.º 89.472.195.0001-86, centro de Veranópolis/RS, representado por seu sócio-proprietário, Sr. Valter Siviero.

71) Inquérito Civil n.º 42/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Jacutinga, que exploram as atividades de boate, bar, casa de festas e similares, especialmente, quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo por investigado o Município de Jacutinga.

72) Inquérito Civil n.º 45/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Campinas do Sul, que exploram as atividades de boate, bar, casa de festas e similares, especialmente, quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo por investigado o Município de Campinas do Sul.

73) Inquérito Civil n.º 47/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Mariano Moro, que exploram as atividades de boate, bar, casa de festas e similares, especialmente, quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo por investigado o Município de Mariano Moro.

74) Inquérito Civil n.º 48/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Paulo Bento, que exploram as atividades de boate, bar, casa

de festas e similares, especialmente, quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo por investigado o Município de Paulo Bento.

75) Inquérito Civil n.º 50/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Severiano de Almeida, que exploram as atividades de boate, bar, casa de festas e similares, especialmente, quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo por investigado o Município de Severiano de Almeida.

76) Inquérito Civil n.º 53/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a ocorrência de parcelamento irregular do solo para fins urbanos, do imóvel denominado Chácara n.º 89, situado na zona urbana do Município de Barão de Cotegipe e adotar as providências cabíveis para promover a regularização, tendo como investigados o Município de Barão de Cotegipe e os Srs. Dileto Antônio Marmentini e Vanderlei Fioravante.

77) Inquérito Civil n.º 43/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de verificar a regularidade dos estabelecimentos, com sede no Município de Barão de Cotegipe, que exploram as atividades de boate, bar, casa de festas e similares, especialmente, quanto à observância dos requisitos legais de segurança contra incêndios, tendo por investigado o Município de Barão de Cotegipe.

78) Inquérito Civil n.º 55/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Jeanine Mocellin, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, com a finalidade de investigar a regularidade do Condomínio Vista do Balneário, tendo como investigados Município de Farroupilha, pessoa jurídica de direito público com sede na Praça da Emancipação, centro de Farroupilha, Ima Empreendimentos Imobiliário LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n.º 08.243.507/0001-88, em Farroupilha.

79) Inquérito Civil n.º 56/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Jeanine Mocellin, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, com a finalidade de investigar a regularidade do Loteamento Milanês, situado em Nova Milano, Farroupilha, tendo como investigados Município de Farroupilha, pessoa jurídica de direito público com sede na Praça da Emancipação, centro de Farroupilha, e Rochedo Empreendimentos Imobiliários, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n.º 2127601000195, Bento Gonçalves/RS.

80) Inquérito Civil n.º 53/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Jeanine Mocellin, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, com a finalidade de investigar a regularidade dos empreendimentos/lotamentos Jardim Itália I, Jardim Itália II, Jardim Itália III e Jardim Itália IV, tendo como investigados Município de Farroupilha, pessoa jurídica de direito público com sede na Praça da Emancipação, centro de Farroupilha, e Siviero Empreendimento Imobiliários LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n.º 89.472.195.0001-86, centro de Veranópolis/RS, representado por seu sócio-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 21 de outubro de 2013.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 1290

proprietário, Sr. Valter Siviero.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre,
30 de Setembro de 2013.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem
Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COMUNICADO N.º 011/2013-CGMP

A **CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, nos termos do § 3º do artigo 4º da Resolução 0002/2009-CGMP, divulga o cronograma das correições **ordinárias** para novembro de 2013:

Novembro		
Dia	Promotoria de Justiça	
05	Canguçu	2º cargo
05	Porto Alegre	PJ Controle e Execução Criminal (2º e 7º cargos)
12 a 13	Capão da Canoa	1º e 3º cargos
14	Alvorada	PJ Cível (1º cargo) PJ Criminal (1º cargo)
21	Porto Alegre	PJ Esp. Criminal – Crimes Licitatórios (4º cargo)
25 a 28	Erechim	PJ Criminal (1º cargo)
	Marcelino Ramos	Cargo único
28	Gravataí	PJ Criminal (1º, 2º e 3º cargos)

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2013.

RUBEN GIUGNO ABRUZZI,

Corregedor-Geral do Ministério Público.